

# **A EAD COMO POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DA IMPLEMENTAÇÃO DA EAD E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UAB NA UFT.**

Denilda Caetano de Faria

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a implementação da EAD e institucionalização da UAB nas universidades brasileiras, em especial, na UFT enquanto política de expansão da educação superior. Discute-se a problemática da implantação da EAD como política de expansão da educação superior. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados revelam que políticas de EaD vem contribuindo com a ampliação do acesso a Educação Superior. Na UFT, a partir da institucionalização da UAB, houve um aumento significativo na oferta de cursos. Contudo, muitos desafios precisam ser superados a fim esta intervenção política possa ampliar o acesso e garantir um ensino superior de qualidade na modalidade EaD.

**PALAVRAS CHAVES:** Educação Superior. Políticas de EaD. Universidade Federal do Tocantins.

## **1. Introdução**

O Ensino a distância, como modalidade educacional formal, no Brasil foi estabelecido com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/9394/96, entretanto, somente em 2006 que foi instituída a Universidade Aberta do Brasil - UAB com a finalidade sistematizar as ações, programas, projetos e atividades voltados para a expansão e interiorização do ensino superior.

Transcorridos quase uma década de criação do Sistema UAB nas Instituições de Ensino Superior – IES, várias universidades se integram para a oferta de cursos. Assim, a educação a distância vem progressivamente ampliando seu campo de atuação, em decorrência da globalização. A institucionalização da Universidade Aberta do Brasil – UAB permitiu que se promovesse a oferta de cursos tanto de formação inicial quanto continuada no diversos Estados da Federação.

Na atual conjuntura da Educação Superior, configura-se a situação complexa e polêmica das políticas de implementação e institucionalização de EaD nas universidades brasileiras que demanda das IES novas formas de atuação relacionadas a expansão da educação superior que se aplica sobre essa modalidade de ensino como; a forma como é estabelecida sua estrutura e organização, seus referencias de qualidade, além de como se dá o financiamento para modalidade.

Diante desses apontamentos iniciais, o presente artigo tem como objetivo analisar a implementação e institucionalização da EaD nas universidades brasileiras, especificamente,

na Universidade Federal do Tocantins – UFT enquanto política de expansão da educação superior.

Com a finalidade compreender algumas especificidades dessa intervenção política buscou-se reconstruir a trajetória do programa na UFT com destaque para o contexto histórico e sociopolítico da implementação da EaD e institucionalização da UAB na UFT.

## **2. Políticas de expansão da EaD: Antecedentes históricos.**

A história da Educação a Distância, ao longo dos tempos, vem sofrendo grandes transformações e inovações. Dos cursos de correspondências, da incorporação de novas mídias como a televisão, o rádio e o vídeo, até a atualidade, com o surgimento das redes de computadores sustentadas pela *Internet*. Passou a ser denominada de educação *on line* e vem, gradativamente, se consolidando como uma política de expansão do acesso a Educação Superior.

As políticas de expansão da educação superior do Brasil, no governo Lula e no governo atual de Dilma Rousseff colocou em andamento programas específicos para tal finalidade. Dentre eles se destacam, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Educação e Distância que vem, progressivamente, ampliando seu campo de atuação com a institucionalização do Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil.

As políticas voltadas para a Educação Superior são criadas como forma de propulsionar o desenvolvimento mediante ensino e pesquisas adaptadas a atender à economia e à sociedade em razão da competitividade ocasionada pela globalização. Nessa perspectiva, ampliou-se a demanda por conhecimento e informações. Desse modo, as políticas educacionais, na EAD são elaboradas no ensino superior articuladas com o secundário com vistas a atender necessidades de profissionalização do mercado.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9394/96), a EaD passou a ser estabelecida como modalidade educacional no país. De acordo com art. 80 “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

A criação da Universidade Aberta do Brasil no ano de 1992 é um marco histórico para a Educação a Distância. A Universidade Aberta do Brasília foi a pioneira na

implementação da Educação a Distância, no ensino superior. Em 1979 cria cursos veiculados por jornais e revistas. A partir de 1989 EaD na instituição é desenvolvida pelo Centro de Educação Aberta Continuada a Distância – CEAD e pelo Brasil EAD.

No período entre 1995 e 1996, com a finalidade de fazer uso das TICs - Tecnologias de Comunicação e Informação - na educação básica o governo federal implanta nas escolas públicas o Programa de Apoio Tecnológico à Escola, o Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO e a TV Escola.

Com a expansão da Educação Superior, como forma de democratizar o acesso, e a necessidade de oferta de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, as instituições de ensino superior buscam via a Educação a distância ampliar seu campo de atuação. Assim é possível perceber que essa modalidade de ensino vem, gradativamente, ganhando espaço na sociedade atual. De acordo com o decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005 a Educação a Distância caracteriza-se,

como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Atualmente, temos a educação presencial, semi-presencial e educação a distância. Na presencial os professores e alunos se encontram em um ambiente físico. A semi-presencial acontece em parte na sala de aula e outra a distância, mediadas por tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais e acontece com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, podendo estar juntos via tecnologias de comunicação, “a maior parte das instituições que oferecem cursos a distância também o fazem no ensino presencial. Esse é o modelo atual predominante no Brasil” (MOURAN, 2002, p . 01).

Assim, a educação mediada por tecnologias desenvolvidas nos mais diferentes espaços educativos, vem sofrendo grandes transformações e inovações desde as abordagens de ensino as experiências vivenciadas pelas instituições de ensino. Tem ganhado força com a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, o sistema instituído oficialmente pelo Decreto no 5.800, de 8 de junho de 2006, surge com o intuito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país mediante a oferta de cursos e programas a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com os

polos de apoio presencial. De acordo com art. do referido documento as finalidades do Sistema UAB são:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras.

A Universidade Aberta do Brasil - UAB não se constitui de uma instituição de ensino de caráter “aberto”, à distância, mas de um sistema integrado de instituições públicas de ensino superior - IPES voltadas para à oferta de cursos na modalidade à distância. Assim a UAB se difere também, das instituições internacionais como a UNED da Espanha e da *Open University* da Inglaterra, modelo de universidades abertas, que utilizou como modelo de referência. Nessa perspectiva, o Sistema UAB sob a gestão da SEED/MEC, foi constituído com base em um modelo em que IPES, “com atuação regular na modalidade presencial, credenciam-se no MEC e aportam tecnologias digitais da informação e comunicação – TDIC para o desenvolvimento e a oferta de cursos na modalidade de educação a distância”. (FERREIRA E MILL, 2013, p. 145).

A oferta dos cursos a distância da UAB é garantida pela parceria entre os governos federais, estaduais e ou municipais e as instituições de ensino superior. Cabe às instituições de ensino superior pública - IPES as responsabilidades: a proposta pedagógica, a produção do material didático e a oferta do cursos, propriamente dita. Os polos de apoio presenciais, onde os cursos são ofertados e onde acontecem os encontros presenciais e a tutoria presencial aos alunos, são de responsabilidade dos estados e/ou municípios que garantem a infraestrutura e viabilizam o atendimento. Os recursos para oferta dos cursos - produção de material didático, deslocamento e bolsas para professores e tutores - são oriundos do governo federal e geridos pelas instituições de ensino.

A oferta dos cursos, portanto, depende de uma demanda sinalizada pelos estados e municípios que apresentam às instituições e estas através de Editais buscam viabilizar a oferta dos cursos solicitados. Uma vez aprovados, dependerá das condições físicas dos polos que irão recebê-los, pois caso não atendam as exigências da CAPES não terão liberação para

iniciá-los. As IPES também têm autonomia de participarem de editais independentemente da demanda dos estados e municípios e sendo aprovados, estes cursos serão disponibilizados para a sociedade em geral e ofertados nos polos pré-estabelecidos pelas IPES e que estejam aprovados pela CAPES.

De acordo com informações no site da UAB o Sistema da Universidade Aberta do Brasil funciona como um articular entre as instituições de ensino e os governos estaduais e municipais. Tal articulação se sustenta em cinco eixos fundamentais, I- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; II - Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios; III - Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; IV - Estímulo à investigação em educação superior a distância no País; V - Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Nessa perspectiva, o Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. O Plano foi lançado pelo governo Lula em abril de 2007, tem como meta destinar recursos para a manutenção e desenvolvimento da educação nos próximos dez anos, tendo em vista melhorar a qualidade da educação básica no Brasil através de um conjunto de medidas que atinge todos os níveis e etapas da educação nacional.

Na concepção de Costa e Pimentel (2009) em país em um país continental, como é o caso do Brasil, com imensas desigualdades sociais e econômicas o apoio da EAD na inclusão de sua população no processo de emancipação pela Educação é relevante. Entretanto, esta modalidade de ensino não tem como abranger tudo, mas o uso dessa metodologia é uma importante ferramenta de ação educacional, em que todas as soluções de qualidade coloque o aluno no centro do processo pedagógico. Nessa perspectiva, analisa que a UAB tem o grande desafio o “de levar a educação superior de qualidade de nossas instituições públicas a todos os espaços, mesmos os mais remotos e afastados dos grandes

centros, ajudando a promover a emancipação social e econômica de nosso povo através da educação”.

Nascimento (2012, p. 4) ao analisar os textos legais que tratam da implantação oficial da EaD no Brasil, observa que existe uma lacuna de décadas entre o seu surgimento e a sua oficialização por razão das dificuldades de aceitação desta modalidade ensino no meio acadêmico brasileiro, “uma vez que durante muito tempo se considerou o ensino a distância como uma forma “inferior” de prática pedagógica e, como consequência, ocorreu uma rejeição à modalidade”.

Para a autora o atual desenho institucional da universidade não está preparado para a EaD como modelo de ensino que necessita de uma estrutura e modo de gestão específica. No que se refere a institucionalização da UAB o autora afirma esta deve apresentar-se como uma alternativa de democratização, “a expansão do ensino, via UAB, deve ser articulada a um projeto amplo de sociedade, respeitados o projeto pedagógico, e os projetos históricos, políticos e culturais da sociedade”(NASCIMENTO, 2012, p. 09).

A expansão da EaD e a institucionalização da UAB nas instituições de ensino superior é um processo complexo, em que as dimensões políticas, econômicas e culturais e históricas se articulam de forma particular. Para Ferreira e Mill (2013) quanto melhor e articulados os fatores de institucionalização da EaD nas IES, melhor será a consolidação desta modalidade na instituições. Nessa perspectiva, o autor destaca algumas medidas ou política para a catalisação desse processo,

TABELA 1 : Aspectos por medidas de institucionalização da EaD nas IES.

Aspectos	Medidas a serem adotadas
Político	Estabelecimento de uma política de fomento e de articulação em fluxo contínuo, reduzindo a dependência por editais de indução, com a ampliação dos recursos para custeio e, sobretudo para infraestrutura física e tecnológica dos sistemas EaD.
Equipe de trabalho	Ampliação dos quadros teóricos e docentes, com vista à configuração de um modelo administrativo e pedagógico independente da atual modalidade de fomento por bolsas ou remuneração por serviços.

Uso da TDIC	Fortalecimento institucional do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação TDIC, particularmente nos sistemas híbridos de educação (presencial/ a distância.
Treinamento/qualificação	Promoção sistemática e qualificada de políticas de formação e de qualificação de quadros para a EaD.
Gestão estratégica	Estabelecimento de planejamento estratégico e plano de ação institucional para a melhoria da qualidade da educação, a distância, de modo articulado.
Divulgação/sensibilização	Sensibilização da comunidade acadêmica para a concepção da EaD, bem como para os efeitos, em particular os benefícios, da incorporação dessa modalidade de ensino.
Desenvolvimento de pesquisas	Indução a pesquisa e investigações, como eixo transversal da institucionalização, visando ao levantamento de dados sobre as ações de EaD que subsidiem decisões acertadas sobre as políticas de EAD, bem como sua incorporação institucional.

Fonte: FERREIRA E MILL (2013)

Como se pode perceber, a história de implementação da EaD e institucionalização da UAB nas instituições de Ensino Superior – IES brasileiras é recente e sua implementação no espaço universitário tem sido complexa e contraditória. Assim, para que essa modalidade será consolidação na IES, há de desenvolver ações estratégicas articuladas no âmbito das instituições que promovam a o acesso e a qualidade nos cursos ofertados.

### **3. A EaD e o Sistema UAB no âmbito da UFT**

Nesse cenário de contradições e adversidades a Educação a distância começou a ser discutida na UFT, em 2005, no campus de Arraias quando duas professoras daquele campus desenvolveram uma proposta de curso na modalidade a distância e se disponibilizaram a iniciar a implementação do projeto na instituição. A coordenadora da EaD relata que naquela época, os professores envolvidos na proposta de implementação da EaD tiveram forte resistência por parte de alguns professores e do Conselho Universitário –

CONSUNI, “a Educação a Distância para muitos era considerada de forma distorcida “venda de diplomas” e educação mercadológica. Para outros, apenas o contato com o novo já era assustador e causava resistência”. (ALVES, 2007, p. 03).

A consolidação da Educação a Distância nas instituições públicas ligadas a UAB é representado pelo número de cursos ofertados. De acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Formação de professores e do planejamento estratégico da UAB “para oferta de cursos a distância, as IES devem prioritariamente ofertar cursos de formação inicial e continuada.” (PIMENTEL 2010, p. 278).

Nessa perspectiva no âmbito da Universidade Federal do Tocantins - UFT, a parceria com a UAB iniciou-se em 2006 quando participou do 1º Edital de chamada para cursos para a oferta do curso de Biologia a distância. Posteriormente a universidade participou de todos os editais de chamada pública para ofertas de cursos de Sistema UAB, além dos cursos desse sistema, a UFT oferta outros cursos na Plataforma Moodle da instituição. (ALVES, 2012).

A implementação do curso de licenciatura em Biologia a distância da UFT foi regulamentado na UFT por meio da resolução do Conselho Universitário – CONSUNI nº. 06/2005 de 13 de outubro de 2005. De acordo Nass (2012) o processo de implantação da EaD na UFT teve início com a adesão ao Consórcio Setentrional, liderado pela Universidade de Brasília – UNB, para a oferta da licenciatura em Biologia, no âmbito do programa Pró-licenciatura.

O início dos cursos de licenciatura em Química e Física na UFT ocorreu em 2010. Os cursos foram implementados na instituição com base no Projeto Pedagógico do Curso - PPC dos referidos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN “praticamente nenhuma experiência do curso de licenciatura em Biologia foi aproveitada para os cursos de Física e Química. (NASS, 2012).

O curso de licenciatura em Química surgiu na UFT, na mesma perspectiva do curso de Física, da necessidade de formação de professores no campo da Física e Química, visto que segundo dados da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, estas eram as áreas de maior carência do Estado do Tocantins. (PPC DE CURSO, 2009).

No Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) a Educação a distância é considerada como um dos programas estratégicos da instituição. O documento destaca como fator primordial a realização de uma discussão mais aprofundada sobre a EaD nos órgãos colegiados com o intuito de fortalecer e ampliar a estrutura desta na instituição, além propor

novas políticas para essa modalidade educativa. Nesse sentido, o documento destaca diretrizes a serem considerados para as políticas de EaD como,

- I. Propor e implementar a política de educação a distância, tendo como referência a qualidade acadêmica, a articulação com as demais políticas educacionais da UFT, a sua necessária ação integradora entre as várias áreas do conhecimento e o seu papel social
- II. Implementar um sistema de avaliação contínua dos cursos a distância
- III. Formar grupos de estudos e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação
- IV. Promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador dos cursos de graduação a distância.

No ano de 2006 foi realizado o Fórum de Pesquisa e Extensão - FEPEC na UFT, o Grupo de Trabalho que discutiu sobre as políticas de EaD assinalou no relatório algumas dificuldades a serem superadas no processo implementação como a resistência na oferta dos cursos, o desconhecimento do programa pela comunidade acadêmica e a preocupação com o número de cursos ofertados pelo Sistema UAB. Dentre a estratégias para superação das dificuldades apontadas pelo GT destaca-se a de verificar se é realmente viável a permanência desta forma de ensino na instituição.

Assim, é possível analisar que houve um certo receio por parte do GT em expandir a EaD ao sinalizar a preocupação com o número de cursos a serem ofertados na UFT. O grupo ao mencionar se era realmente viável a permanência dessa modalidade de ensino na instituição demonstra, uma certa, resistência a EaD.

Contudo, nesse cenário contraditório, pode-se perceber que desde 2004, a gestão da EaD e alguns professores envolvidos com a educação mediada por tecnologias vem desenvolvendo ações voltadas para a implementação e institucionalização dessa modalidade de ensino, como os Seminários de Educação a Distância com a finalidade de promover um debate sobre o assunto na instituição.

Na história da EaD o ano de 2010 foi de grande importância para UFT por razão de ser aprovado no Conselho Universitário - CONSUNI a Resolução 24/2010 que institucionalizou a Diretoria de Tecnologias Educacionais com a finalidade de implementar políticas e diretrizes da Universidade Aberta do Brasil – UAB no âmbito da UFT, especificando como coordenar, supervisionar, assessorar e prestar suporte técnico na execução de atividades na área de Educação a Distância – EaD.

Isto posto, fica explícito que houve uma demora de quase seis anos para que a EaD fosse efetivamente institucionalizada na UFT. Assim, a educação mediada por

tecnologias ficou durante muito tempo sendo desenvolvida de forma secundária na instituição.

Atualmente, a UFT oferece por meio do Sistema UAB três curso de licenciatura, um de bacharelado, três de especialização e cinco de aperfeiçoamento conforme tabela 01

TABELA 1 : Curso oferecidos pela UFT no âmbito do Sistema UAB de 2006 a 2013.

Curso	Tipo de formação	Nº. de polos	Nº. de turmas
Biologia	Licenciatura	09	16
Física	Licenciatura	04	05
Química	Licenciatura	04	05
Cultura e História dos Povos Indígenas	Aperfeiçoamento	10	11
Administração Pública	Bacharelado	10	10
Educação em Direitos Humanos	Aperfeiçoamento	04	04
Gênero e Diversidade na Escola	Aperfeiçoamento	03	03
Gestão de programas de Educação Escolar Indígena	Aperfeiçoamento	03	04
Gestão em Saúde	Especialização	06	09
Gestão Pública	Especialização	05	08
Gestão Pública Municipal	Especialização	06	09
Mídias na Educação	Aperfeiçoamento	10	15

Fonte: SISUAB 2014

Conforme nota no site da UFT a instituição ampliará a oferta de cursos a serem oferecidos mais 9 cursos de especializações *latu sensu* - História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Gênero e Diversidade na Escola, Educação e Direitos Humanos, Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, Alfabetização de Jovens e

Adultos na Diversidade, Escola de Gestores - Coordenadores Escolares, Saúde na Escola, Formação de Dirigentes Municipais de Educação, este realizado no estado do Maranhão, e um em nível de graduação, bacharelado em Administração pública, curso integrante do Programa Nacional de Administração Pública.

Portanto, pode se verificar que as políticas de formação profissional oferta da educação mediada por tecnologias vem crescendo, gradativamente, na UFT. Embora muitos desafios ainda devem ser superados a fim que esta política possa ampliar o acesso ao ensino superior e de qualidade na modalidade EaD.

#### **4. Considerações Finais**

A expansão da EaD e a institucionalização da UAB nas instituições de ensino superior é um processo amplo e complexo, em que as dimensões políticas, econômicas e culturais e históricas se articulam de forma particular. Assim, para que a democratização da educação ensino superior se concretize por meio desta modalidade, há de se empenhar para que esta modalidade de ensino se torne uma política governamental com vistas a ampliar ao acesso ao ensino superior e de qualidade na EaD.

É evidente o crescimento e a ampliação da EaD na instituições de ensino. Dessa forma, esta modalidade ensino vem possibilitando a oferta de vagas a curso de nível superior, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica.

As políticas e programas de formação profissional desenvolvidas por essa modalidade de ensino não só promoveram o a ampliação do acesso a Educação Superior como promoveram a inclusão social daqueles que residem em localidades distantes dos grandes centros

No âmbito da UFT a implementação dessa modalidade de ensino enfrentou grandes adversidades dentre elas, a resistência e o receio da comunidade acadêmica em desenvolver atividades educativas mediadas pelas tecnologias de comunicação e informação. Em decorrência disso, pode-se observar que EaD foi desenvolvida por que seis anos de forma secundária na instituição.

Com institucionalização da UAB, em 2006, houve um aumento significativo de oferta de cursos de nível superior nos diversos municípios do Estado do Tocantins. Isso demonstra um grande avanço da EAD na UFT. Contudo, muitos desafios precisam ser

superados a fim esta intervenção política possa ampliar o acesso e garantir um ensino superior de qualidade na modalidade EaD.

## Referências

ALVES, Elaine Jesus; MACEDO, Margareth Leber. **A Implementação e Institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal do Tocantins: Caminhos Percorridos e a Percorrer**. ESUD 2012 – IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Recife/PE, 19 – 21 de agosto de 2012 – UNIREDE.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm#art37](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm#art37)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2014.

COSTA, Celso José da. PIMENTEL, Nara Maria. O Sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores no Brasil. Revista Educação Temática Digital – ETD, Campinas, vol. 10, nº 2, p.71-79, junho de 2009. Disponível em <<http://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/7170>>. Acesso em 06 jul. 2014.

FERREIRA, Marcelo; MILL, Daniel. Institucionalização da Educação a distância no ensino superior público brasileiro: Desafios e estratégias In: FIDALGO, Fernando Selmar Rocha, LIMA, Reginaldo Naves de Souza et al. **Educação a Distância: meios, atores e processos**. Belo Horizonte, MG: CAED-UFMG, 2013.

MOURAN, José Manuel. O que é Educação a Distância <<http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

NASCIMENTO, Danielle Fabiola do. **A Implementação e Institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal do Tocantins: Caminhos Percorridos e a Percorrer**. ESUD 2012 – IX Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Recife/PE, 19 – 21 de agosto de 2012 – UNIREDE.

NASS, Daniel Perdigão. **Licenciatura a distância em Física e Química no Tocantins: trajetórias, possibilidades e limites**. Dissertação (Doutorado em Ensino de Ciências). São Paulo, 2012 Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/>>. Acesso em set 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PIMENTEL, Nara Maria. **Educação Superior a Distância nas Universidades Públicas do Brasil: reflexões e prática**. In: MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria (Orgs). **Educação a Distância: Desafios contemporâneos**. São Carlos: EduFSCar. 2010.

SISUAB, 2013. **Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em < <http://sisuab.capes.gov.br/sisuab/Login.action>>. Acesso em 02 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução nº 06/2005 de 13 de outubro de 2005**. Criar, em caráter experimental, o Curso de Licenciatura Plena em Biologia, Modalidade EaD. Disponível em: <<http://www.site.uft.edu.br>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Resolução nº 24 de 10 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a Institucionalização da Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE) < <http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física (Modalidade EAD)**, no âmbito da UFT. Disponível em: < <http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico Institucional – PPI**. Palmas: Editora UFT, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório Final do Fórum de Ensino Pesquisa e Extensão da UFT**. Palmas: Editora UFT, 2007.